



**CONFLITOS, AFETOS E DISPUTAS HISTORIOGRÁFICAS:
A REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS Nº 4 DO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFPB (1980)¹**

**CONFLICTS, AFFECTIONS AND HISTORIOGRAPHICAL
DISPUTES: THE REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS Nº 4
OF THE DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA OF UFPB (1980)**

Márcio Macêdo Moreira*

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

 <https://orcid.org/0009-0005-8123-5665>

moreirahistory@gmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa a Revista de Ciências Humanas nº 4, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, publicada em 1980, a partir dos aportes teóricos e metodológicos da História Cultural e dos estudos sobre impressos. A publicação insere-se em um contexto de combates no campo profissional e disciplinar da História. Com a chegada de professores oriundos de outros estados ao Departamento de História da UFPB, disputas inicialmente situadas no âmbito historiográfico passaram a assumir contornos de desavenças pessoais. A escrita da revista é atravessada por sentimentos que expressam os posicionamentos de historiadores e historiadoras em um período marcado por tensões e expectativas. A fundamentação teórica mobiliza os conceitos da operação historiográfica em Certeau (2022) e as reflexões de Chartier (2002), Mazurel (2024), Prost (1998) e Motta (2014) sobre a relação entre impressos, sensibilidades e dinâmicas culturais. A análise concentra-se nas representações presentes nos artigos da revista, considerando as dimensões de identidade e pertencimento dos historiadores e das historiadoras.

PALAVRAS-CHAVE: Impressos acadêmicos; historiografia; sensibilidades.

¹ Artigo escrito como complemento avaliativo da disciplina Tópicos Especiais em História Cultural I, ministradas pelas professoras Dr^a Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano e Dr^a Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba

* Doutorando em História e Cultura Histórica pelo PGGH-UFPB.

ABSTRACT: This article analyzes the journal *Revista de Ciências Humanas* n° 4, from the Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes of the Universidade Federal da Paraíba, published in 1980, from the theoretical and methodological perspectives of Cultural History and studies on printed materials. The publication is situated within a context of struggles in the professional and disciplinary field of History. With the arrival of professors from other states to the Departamento de História of UFPB, disputes initially situated within the historiographical sphere began to take on the contours of personal disagreements. The writing of the journal is permeated by feelings that express the positions of historians in a period marked by tensions and expectations. The theoretical foundation mobilizes the concepts of historiographical operation in Certeau (2022) and the reflections of Chartier (2002), Mazurel (2024), Prost (1998) and Motta (2014) on the relationship between printed materials, sensibilities and cultural dynamics. The analysis focuses on the representations present in the journal's articles, considering the dimensions of identity and belonging of the historians.

KEYWORDS: Academic publications; historiography; sensibilities.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 1980 foi singular para o Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (DH-UFPB). No contexto da “distensão” do regime militar, a expansão da universidade em ritmo acelerado posicionou em lados opostos professores e professoras advindos de outros estados do Brasil e os decanos, descendentes das extintas cátedras, avessos a qualquer sinal de mudança na cultura acadêmica. Ademais, o ano também marcou o *jubileu de prata* (25 anos) do DH e, em comemoração, o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) publicou em seu periódico *Revista de Ciências Humanas*, uma edição comemorativa com artigos dos professores e das professoras dos distintos lados. No auge da “campanha da xenofobia”, a edição foi marcada como lugar de mediação de disputas historiográficas, pedagógicas e políticas no interior do curso. Nossa proposta de artigo consiste, sobretudo, em analisar o impresso como construção de lugares sociais de distintos grupos, no âmbito da História Cultural e em compreender a escrita performática dos historiadores e das historiadoras, não apenas como produção historiográfica, mas como artefato de expressão de sentimentos; e de defesa da formação docente.

Os artigos apresentados refletem a cultura política então em voga nos corredores do CCHLA. Os temas são variados, mas se concentram em três tipos de abordagem, que revelam as preocupações e os embates em torno da cultura historiográfica e do ensino de história da época: a teoria-metodologia, a questão regional no Nordeste e as experiências e expectativas do ensino-pesquisa de História na Paraíba. Aos desavisados que, por acaso, tiveram acesso a *Revista de Ciências Humanas* n° 4 do CCHLA, lerão textos que problematizam a História, o Nordeste e o Ensino, mas, por trás das palavras (e na frente delas também), afloram os *ditos* e os *não ditos*. Através de angústias, desabafos

e desafios, os grupos explicitaram suas posições e enfrentaram seus opositores. Neste texto, iremos identificá-los, a partir do jargão do período, como “os de fora”, “os de dentro”; vale salientar que os “de fora” se identificavam também como “nosso grupo”, que tinham no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e na Associação dos Professores de História – Seção Paraíba (ANPUH-PB) seus espaços de atuação.

Inicialmente, realizaremos uma breve reflexão sobre as ferramentas teóricas e conceituais que fundamentam este estudo, com destaque para os aportes da História Cultural e seus conceitos operatórios, como a história das sensibilidades e a cultura política, mobilizados na análise da revista em questão. Em seguida, iremos contextualizar as querelas entre historiadores e historiadoras diante da reforma universitária e da “campanha da xenofobia”. E, por último, faremos a análise dos artigos presentes na *Revista de Ciências Sociais* nº 4.

HISTÓRIA CULTURAL, TEXTOS E REPRESENTAÇÕES

A cultura acadêmica é permeada por lutas em busca de legitimidade. Confrontar ideologias e práticas de pesquisa à primeira vista pode remeter à área da história das ideias, o que nos faz pensar em uma linearidade evolutiva da construção do saber, ou seja, o progresso retilíneo que tende sempre à “melhoria” do conhecimento. Nesse sentido, a História Cultural, em oposição, preocupa-se não apenas com o que é *dito* pelos intelectuais, mas também com os *não ditos*, ou o *outro*², ou seja, as diversas formas de manifestação das subjetividades. Portanto, as representações, como objeto de destaque da História Cultural, refletem a complexidade das relações sociais e evidenciam de que forma diferentes grupos constroem, negociam e disputam sentidos sobre a realidade em contextos variados, ao mesmo tempo em que estabelecem práticas culturais, símbolos e identidades.

Como afirma Chartier (2002, p. 16-17), a História Cultural “tem por principal objeto identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada

² *Não dito*, *Outro* e lugar social são categorias utilizadas por Michel de Certeau (2022, p. 29-48) em sua análise sobre a operação historiográfica. O *Outro* é o objeto que não está à vista no primeiro momento aos historiadores, estes são lançados a se debruçar no que parece ser oculto na pesquisa, tais como as temáticas silenciadas por alguma imposição de poder. O *não dito* se configura na crítica a historiografia dita “oficial” cuja finalidade é chegar a uma verdade irremediável, sendo que por trás do real há outras formas de discursos e da “verdade irremediável”, intencionalidades *não ditas*. Por sua vez, o lugar social é o contexto cultural, político e econômico do qual o grupo produz suas representações.

realidade social é construída, pensada, dada a ler”. As representações constituem construções dos lugares sociais em que diferentes grupos buscam fomentar sentidos de pertença. Não se trata apenas de uma história elitizada, pois todos os grupos sociais elaboram formas de representação em suas lutas políticas e sociais. Seguindo o raciocínio do historiador francês: “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. Assim, os discursos possuem objetivos simbólicos de legitimação, a partir deles, podemos observar como os atores históricos expressavam suas motivações, oposições e contradições. O mesmo raciocínio serve para pensar a atuação dos historiadores e das historiadoras em questão.

A reflexão sobre os historiadores, seus confrontos e sua produção deve considerar os preconceitos presentes em suas narrativas. Uma das principais formas de diálogo na cultura histórica acadêmica é a publicação de livros, artigos, monografias, dissertações e teses. A narrativa escrita é, por excelência, um dos principais meios de circulação, legitimação e disputa de sentidos no interior do campo historiográfico. Essa compreensão nos leva à busca dos significados da construção das narrativas. O arcabouço teórico da História Cultural oferece ferramentas hermenêuticas para a pesquisa, pois “considera o “mundo do texto” como um mundo de objetos e de performances e o “mundo do leitor” como o da comunidade de interpretação à qual pertence e que define um mesmo conjunto de competência, de normas e de usos” (Chartier, 2006, p. 36).

É importante frisar algumas considerações sobre a pesquisa em textos e impressos. Primeiro, em relação aos sentidos do texto que incidem sobre a subjetividade do escritor, parte-se da ideia de que caberia ao leitor se apropriar do significado do texto como via para a compreensão do autor. A relação entre escritor, texto e leitor é bem mais complexa. Diante dessa questão, Chartier (1992, p. 215-216) afirma que:

Conduzido ou encurralado, o leitor encontra-se invariavelmente inscrito no texto, mas este, por sua vez, inscreve-se de múltiplas formas em seus diferentes leitores. Assim, torna-se necessário reunir duas perspectivas que em geral não se articulam: por um lado, o estudo de como os textos e as obras impressas que os comunicam organizam a leitura autorizada; e, por outro lado, a compilação de leituras concretas, costuradas em declarações individuais ou reconstruídas no nível das comunidades de leitores -- aquelas “comunidades interpretativas” cujos membros compartilham os mesmo estilos de leitura e as mesmas estratégias de interpretação.

Diante dessa consideração, a análise textual da *Revista de Ciências Humanas*, nº 4, embora inserida em uma “comunidade interpretativa” composta por historiadores, deve ser conduzida como a investigação de sentidos produzidos por eles e dirigidos aos historiadores. O leitor aqui se restringe aos próprios pares, inseridos em um horizonte compartilhado de formação disciplinar, códigos de leitura e debates historiográficos, no interior do qual se estabelecem “leituras autorizadas” que, ainda assim, se realizam de modo plural e diferenciado.

A segunda consideração diz respeito à própria construção material da revista que engloba a instituição produtora, sua circularidade, sua organização editorial e sua publicação. Entendemos a revista enquanto prática cultural, espaço de legitimação e circulação de saberes, uma vez que esses impressos acadêmicos como artefatos organizam sentidos e hierarquias no campo universitário.

Entretanto, os impressos, enquanto representações, não devem ser reduzidos a “objetos culturais”, uma vez que suas expressões são produzidos por grupos sociais em constante disputa por legitimação. Em diálogo com Prost (1998, p. 126), a História Cultural, ao se pretender socialmente útil ou vinculada a determinados grupos, deve assumir-se também como uma “história social das representações” ou como uma “história das representações coletivas”. Tratamos, neste artigo, de diferentes grupos sociais, portadores de experiências e expectativas distintas entre si, embora integrantes de uma mesma classe de professores-historiadores. Para além de uma “história acontecimental”, como afirma Prost (1998, p. 126), “os grupos sociais constituíam agentes coletivos, capazes de ações deliberadas, de emoções e de sentimentos (...)”. Tal perspectiva é um aspecto importante presente na *Revista de Ciências Humanas* nº 4.

Desse modo, as emoções expostas nos textos remetem a uma breve reflexão no campo da história das sensibilidades. Como se observará adiante, é possível compreender os escritos como expressões das frustrações, dos desejos presentes naquele contexto. A historiografia brasileira, ao longo da produção de seus textos acadêmicos, tem acompanhado as transformações teóricas e metodológicas do campo disciplinar e, quando muito, descreve as correntes teóricas e ideológicas que fizeram parte de suas formações. A história da historiografia, embora estruturada por um ritmo racional de escrita, não prescinde da dimensão afetiva, pois, diferente dessa posição, concordamos que a dimensão do desejo dos historiadores e das historiadoras é um fator determinante de suas escritas.

No caso específico de nossa abordagem, situações esdrúxulas expuseram ataques diretos à moral de uma das historiadoras. Em outras situações, afirmações que, *a priori*, pareciam se situar no campo disciplinar e profissional, somaram contornos de ataques íntimos a todo um grupo longo no departamento. Assim, sentimentos como rancor, medo, tristeza, raiva e diferentes formas de arrebatamento dava o tom das desavenças observadas. Torna-se, portanto, relevante averiguar as emoções como dimensão analítica do contexto em estudo.

Conforme aponta Mazurel (2024, p. 28-29), as fontes da história das sensibilidades são múltiplas, e a Revista de Ciências Humanas, nº 4, pode ser compreendida como uma dessas possibilidades. Ainda assim, é necessária cautela, pois a análise dessas fontes pressupõe considerar as mediações discursivas das emoções, “o peso dos códigos narrativos, dos recursos retóricos em uso e dos silêncios impostos”. Não se trata de moralizar os atos dos grupos a partir de seus sentimentos, mas de compreender como as emoções projetaram desejos e operaram como elemento motivador de suas lutas.

No corpo da instituição, os grupos disputavam espaços de poder e atuação. A reforma universitária, autoritária e modernizadora, inflamou os ânimos entre conservadores e “reformistas”. A UFPB, como instituição pública federal, recebeu influências diretas da cultura política³ em voga no regime militar. Tal como sustenta Motta (2015, p. 13).

O argumento principal é que certos aspectos tradicionais do *comportamento político* (principalmente dos grupos dirigentes brasileiros) se reproduziram durante o regime militar, em especial a tendência à conciliação e à acomodação, estratégia para evitar conflitos agudos, e o *personalismo*, entendido como prática arraigada de *privilegiar laços e fidelidades pessoais* em detrimento de normas universais. (grifos nosso)

A forma de ingresso dos docentes era mediada por apadrinhamentos, e a reforma universitária, apesar de trazer mudanças significativas, não alterou imediatamente as práticas e os costumes enraizados no cotidiano institucional. Entretanto, o conceito de cultura política contribui para observarmos as mudanças e permanências dos costumes e o funcionamento do poder na instituição.

³ Rodrigo Patto Sá Motta (2014, p.12) em sua pesquisa sobre as universidades no regime militar, descreve o conceito de cultura política como “um conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos políticos direcionados para o futuro”.

MUDANÇAS E CONFRONTOS NO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A partir de 1974, após a desilusão com o chamado “milagre econômico”, forças populares passaram a ocupar, de forma crescente, espaços de pressão contra a ditadura, no contexto em que o presidente Ernesto Geisel conduziu a política de “abertura” lenta e gradual do regime. Essa fase de “distensão” coincidiu com a posse de Lynaldo Cavalcanti como reitor da UFPB, cujo projeto defendia uma maior integração da universidade com os problemas regionais. Com isso, na área das ciências humanas, essa orientação se traduziu no incentivo ao desenvolvimento de pesquisas voltadas à análise dos problemas econômicos que afligiam a Paraíba. Foi com esse foco que, em 1975, Lynaldo Cavalcanti, em consonância com o processo de expansão universitária, instalou o NDIHR. Segundo Robson de Araújo (2015, p. 68), o NDIHR possuía a “missão oficial de desenvolver projetos de cunho modernizante-tecnocrata e, por outro lado, promover pesquisas capazes de formular uma crítica social voltada à denúncia dos elementos conservadores da realidade regional”. Na esteira das contratações de novos docentes, Rosa Maria Godoy Silveira⁴ foi convidada a integrar o Departamento de História e, simultaneamente, a contribuir para a consolidação do NDIHR como instituição de pesquisa.

Outros professores e professoras foram convidados a integrar o quadro do DH e do NDIHR. Em 1976, com a chegada de Joana Neves⁵ e Sílvio Frank Alem⁶, por meio do diálogo com outros cursos do CCHLA, o “nosso grupo”, de acordo com a terminologia de Joana Neves, foi progressivamente construindo um lugar social no interior da instituição. Apesar da chegada das professoras “de fora”, nem todos os docentes contratados eram oriundos de fora da Paraíba, alguns tiveram sua formação no

⁴ Rosa Godoy, como é mais frequentemente referida pelos historiadores, lecionou no Departamento de História entre 1976 e 2003. Graduiu-se em História pela Universidade de São Paulo entre 1968 e 1971 e realizou o mestrado na mesma instituição entre 1972 e 1974. cursou o doutorado em História na USP entre 1975 e 1981, ocasião em que defendeu a tese *Regionalismo, ideologia do espaço*, tendo o Nordeste como objeto de pesquisa. Observa-se que a escrita dessa tese ocorreu durante o período de embates institucionais aqui analisados.

⁵ Joana Neves lecionou no DH da UFPB entre 1976 e 1995. Graduiu-se em História pela Universidade de São Paulo entre 1962 e 1965 e realizou o mestrado na mesma instituição entre 1973 e 1981. Sua produção historiográfica concentrou-se nos campos do Ensino de História, da História Local e da Metodologia da História.

⁶ Sílvio Frank Alem lecionou no DH-UFPB entre 1978 e 1993. Fez graduação e mestrado pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado na USP. De acordo com relato concedido por Rosa Godoy Silveira a Maria Helena Virgulino (2016, p. 104), foi organizada uma lista com os possíveis contratados pelo DH, na qual Joana Neves e Sílvio Frank Alem figuravam nas últimas posições. O diretor do CCHLA, contudo, alterou essa ordem em função do currículo dos docentes oriundos de São Paulo, rompendo com a lógica de contratações baseada em apadrinhamentos.

próprio curso de História da UFPB. De modo geral, as redes de sociabilidades eram fluidas, e os “grupos” não se configuravam de forma homogênea.

José Octávio de Arruda e Mello⁷ era, no DH, o principal representante do IHGP. Alinhado a ele estavam Simone Queiroga de Castro e José Pedro Nicodemos, que compunham o grupo de decanos do departamento. Um indicativo de que o NDIHR não se constituiu, em seus primeiros anos, como um grupo homogêneo de novos docentes foi a presença da professora Elsa Régis de Oliveira⁸, que desde a década de 1960 lecionava no departamento. Outro professor que se destaca como atuante no NDIHR, mas não engajado no “nosso grupo”, foi Ruston Lemos de Barros⁹.

Após a reitoria de Lynaldo Cavalcante, no início de 1980, a chamada “campanha da xenofobia” acirrou as tensões no Departamento de História. Nesse contexto, José Octávio, professor então preterido na disciplina de História da Paraíba, foi afastado para cursar o mestrado no PPGH-UFPE, sendo substituído por Diana Soares de Galizza. De acordo com o relato de Joana Neves (Virgulino, 2016, p.105), havia comentários “sobre a incapacidade de qualquer pessoa fazer um bom serviço na disciplina”. Na reunião do DH, para o planejamento do período 1979.1, Diana Galizza se absteve de lecionar “no lugar do *modesto* colega”. E, como relatou Joana Neves, “foi aí que entrei de gaiata” para lecionar a disciplina.

Na atitude de Joana Neves, percebe-se o desejo de firmar um posicionamento diante de José Octávio. Em sua fala, nota-se que, ao entrar “de gaiata”, ela expressava um gesto de ironia e desafio aos códigos habituais presentes no departamento. Sua intenção era provocar, embora também demonstrasse o interesse de pôr em prática a pesquisa como método de ensino na disciplina de História da Paraíba. Neves desejava promover mudanças no departamento e não temia as críticas dos outros professores

Por sua vez, José Octávio se firmava como autoridade do saber histórico paraibano. Sua carreira acadêmica e sua atuação nos institutos lhe conferia um capital simbólico que o identificava como referência na área. Assim, seu posicionamento, embora por vezes beirasse a altivez, também estava imerso na legitimidade construída em

⁷ José Octávio lecionou no DH-UFPB entre 1972 e 1995. Fez graduação no curso de História da UFPB entre 1972 e 1975. Cursou o mestrado pelo PPGH-UFPE entre 1978 e 1982 e o doutorado pela mesma instituição entre 1987 e 1990

⁸ Elsa Régis foi professora do DH entre os anos de 1965 e 1991. Graduou-se em História entre 1964 e 1965 pela UFPB e o mestrado entre 1978 e 1982 pelo PPGH-UFPE.

⁹ Ruston Lemos iniciou sua docência no DH em 1977. Cursou a graduação em História pela UFPE entre 1966 e 1970, o mestrado pelo PPGH-UFPE entre 1974 a 1983 e o doutorado pela USP entre 1986 e 1990. Com exceção de Frank Alem, os dados foram coletados na Plataforma Lattes.

torno de sua produção intelectual. Sua atuação na capital paraibana integrava a cultura histórica e política em circulação no estado antes da chegada das professoras uspianas; fazia parte de sua identidade e da maneira como a História, enquanto disciplina, era reconhecida tanto no meio acadêmico quanto nos institutos de pesquisa e na imprensa.

Utilizando sua experiência nas escolas vocacionais e na agência do NDIHR, não somente por “atrevimento”, a uspiana fez da disciplina História da Paraíba um laboratório de ensino e pesquisa. No final do semestre, foi organizado um Seminário sobre a historiografia nordestina. Durante a palestra do professor Gadiel Perruci, da UFPE, foi considerado uma necessária “revisão da historiografia nordestina em termos teóricos e metodológicos”. Questionado sobre a situação da historiografia paraibana, a palavra foi repassada a Joana Neves que destacou, de acordo com sua experiência na disciplina de História da Paraíba e dos conhecimentos da “ciência histórica”, a carência de problematização características da teoria e da metodologia histórica. Presente na plateia, Therezinha por Deus, sócia do IHGP, tomou a palavra e pediu para que parassem de afirmar que “a Paraíba não tem História”, em defesa da produção do instituto. De acordo com Monique Cittadino (2024, p. 80):



Na realidade, Joana Neves, a docente em questão, não apontara para a impossibilidade do ensino de história da Paraíba, já que assumira a disciplina, mas apontava para a cultura histórica paraibana, na qual, no campo historiográfico, predominavam obras de caráter memorialístico e, naquelas voltadas para a reconstrução do processo histórico, prevalecia o perfil descritivo e a ausência da problematização e análise crítica.

Logo, a conversa chegou a José Octávio, que buscou saber o que de fato tinha acontecido. Após o imbróglio, Joana Neves e José Octávio conversaram até que a situação fosse “entendida”. Na mesma semana, o *Correio das Artes*, suplemento cultural do jornal *A União*, publicou o artigo de José Octávio intitulado *Municípios e História na formação da Paraíba*, no qual o autor criticava a presença de forasteiros na disciplina de História da Paraíba. No mesmo texto, em uma atitude contraditória, o historiador paraibano alegava que o grupo que liderava se opunha a qualquer movimento de “paroquianismo”, “bairrismo” ou “nativismo”. Contudo, para além da escrita xenófoba, José Octávio ofendeu indiretamente a referida professora ao afirmar que “a história da Paraíba reservada aos que não conhecem a província além da ponte Sanhauá ou dos motéis da estrada de Cabedelo pode levar a embustes e contrafacções, como a de, por exemplo, desmerecer toda uma bibliografia municipalista...” (Mello apud Cittadino,

2024, p. 80). Joana Neves relatou que, naquele momento, a matéria não teve repercussão alguma, e que ela própria sequer tomou conhecimento da publicação do artigo.

Mas a querela ganhou relevância para além dos muros da universidade quando o jornalista Severino Ramos, no mês de março de 1980, passou a publicar uma série de matérias nas quais denunciou a “invasão estrangeira” na UFPB. Em tom xenófobo, o jornalista fez uma crítica contumaz à peça teatral *Soy Loco por ti, Latrina*, organizada pelo Departamento de Artes e Comunicação. Nos meses seguintes, o jornalista Wellington Aguiar reforçou o coro às críticas. Tal como descreveu Rubens Lyra (1980, p. 59), Ramos se apropriou da crítica de José Octávio para ter em Joana Neves, um exemplo para a defesa de seu argumento misógino e xenófobo:

Essa “rédua de forasteiros incapazes e vigaristas - entre os quais se destacam “hippies mal-cheirosas”, que da Paraíba só conhecem os hotéis da estrada de Cabedelo assim como figuras “desmunhadas e bicharocas” - contribui portanto para abalar a autenticidade dos padrões culturais e do comportamento tradicional do povo paraibano.

Diante da repercussão da matéria, a questão foi levada à reunião do departamento. De acordo com entrevista concedida por Joana Neves, a Maria Helena Virgulino (2016, p. 106), a historiadora afirmou, de forma irônica e sucinta, “que nada daquilo era comigo”, uma vez que seu nome não havia sido citado diretamente em nenhuma das matérias publicadas por José Octavio e Severino Ramos, que tampouco a conheciam o suficiente para formular qualquer alegação a seu respeito. Além disso, A historiadora paulista alegou que “a questão não era ser de fora ou de dentro (seja lá de que lugares fossem), mas era a VISÃO DE HISTÓRIA e, sobretudo, concepção de ENSINO de História”.

Assim, entendemos que a campanha da xenofobia que atingiu o DH expressou os atritos decorrentes das mudanças institucionais e do choque entre distintas culturas históricas. Anseios e angústias orientaram a tentativa de consolidar espaços de proteção entre determinados grupos, inclusive, como no caso de José Octávio, por meio do uso de uma linguagem depreciativa dirigida aos seus opositores. Por sua vez, Joana Neves percebeu que, ao assumir a disciplina de História da Paraíba, possibilitou a crítica e a transformação da historiografia e do ensino de História então vigentes. Embora a xenofobia tenha explicitado tensões e *não ditos* no interior do departamento, esse processo, de acordo com Virgulino (2016, p. 106-107), foi importante para consolidar a formação dos grupos e distinguir os tipos de conhecimento histórico então produzidos.

Entretanto, as divergências ultrapassavam o campo da discussão teórica, uma vez que a xenofobia, enquanto manifestação das sensibilidades, encontrava-se vinculada às expectativas e aos interesses dos sujeitos envolvidos. As formas pelas quais esses docentes afirmavam suas identidades também constituíam estratégias de legitimação e segurança no interior do Departamento. Isso se evidenciava tanto em Joana Neves, que buscava consolidar seu espaço de atuação, quanto em José Octávio, que resistia à intervenção de outros docentes em uma área que considerava sob sua autoridade, a História da Paraíba.

As publicações carregadas de misoginia negavam a humanidade das docentes “de fora”, associando características consideradas negativas à condição de serem estrangeiras. Como afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2016, p. 9), “o estrangeiro, o estranho tende a ser visto com suspeita, pois seus comportamentos, atitudes, códigos de valores não obedecem às mesmas regras que definem aquela cultura que o está recepcionando”. Faz parte da dinâmica xenofóbica a desqualificação e a humilhação do estrangeiro. Se a campanha tivesse motivações apenas de ordem científica, não haveria necessidade do uso recorrente de termos depreciativos. Nesse contexto, a defesa da chamada “cultura paraibana” funcionava como mecanismo de reação às ideias consideradas contraculturais, associadas aos supostos hippies. O enfrentamento era alimentado pelo medo e pela insegurança diante do corpo estranho, mas também, em certa medida, pela fascinação diante do exótico e do novo, elementos que intensificaram o discurso xenofóbico.

Cabe salientar que foi nesse período que o NDIHR se consolidou como instituição de pesquisa e que, um ano antes, havia sido retomada a ANPUH-PB, ambos espaços centrais de debate teórico-metodológico e de disputas em torno da produção e do ensino de História. A ANPUH-PB e o NDIHR constituíram os espaços centrais do “nosso grupo”, enquanto o IHGP figurava como o espaço preterido pelo grupo de José Octávio. Entre “entendidos” e “desentendidos”, foi nesse contexto de ebulição que se produziram os textos que compõem a Revista de Ciências Humanas nº4.

ARTIGOS HISTORIOGRÁFICOS E BUSCA DE LEGITIMAÇÃO

A publicação acadêmica, como enfatizamos anteriormente, constitui uma escrita voltada para os pares. No período estudado, a historiografia acadêmica buscava legitimar-se como espaço central de produção do saber histórico. Ainda que os artigos adotassem uma linguagem técnica, própria desse tipo de publicação, a leitura dos textos revela a

presença das tensões político-intelectuais que atravessavam o período. Concordamos com Robson Araújo (2015, p. 99) quando afirma em relação à *Revista de Ciências Humanas* n.º 4 do CCHLA que:

Ao mesmo tempo em que buscava constituir uma especificidade para a historiografia produzida no âmbito da UFPB, percebia-se como finalidade última do próprio conhecimento histórico a sua consequente posição frente às demandas políticas e sociais do seu tempo. Nesse sentido, a pergunta “*para que estudar História*” ocupou um lugar de importância diante da definição “*o que é História*” e “*quem pode ser considerado historiador*” (Grifo do autor).

Joana Neves, diante da campanha da xenofobia, absteve-se de centralizar sua vida privada, ao deslocar o debate para uma discussão sobre o ensino de História. Portanto, estava em jogo o desejo de mudança ou de permanência das práticas de ensino e pesquisa, cujas carreiras acadêmicas poderiam ser afetadas, o que de fato repercutia na vida pessoal dos docentes. A legitimação dos grupos não envolvia apenas os docentes; os estudantes também faziam parte das redes de sociabilidade e, como muitos projetavam uma carreira acadêmica, estar no grupo “certo” era visto como garantia de estabilidade profissional. Esse desejo de legitimidade se manifestava na própria produção historiográfica, seja em sala de aula, no IHGP, no NDIHR, na ANPUH-PB ou nas publicações.

A chefe do Departamento de História, Emília Augusta Lins Freire¹⁰, apresentou a *Revista* como prosseguimento do projeto dos fundadores voltado à formação do campo da “ciência histórica” e destacou que “este número foi estruturado de forma a permitir que os autores pudessem participar de acordo com os seus *interesses de pesquisa*, possibilitando uma produção historiográfica diversificada” (grifo nosso) (Barros, 1980a, p. 10). A primeira parte, por se concentrar nas abordagens teórico-metodológicas, torna mais explícitas as intenções dos historiadores e das historiadoras.

Importa destacar que esses artigos, em sua maioria, foram escritos em 1979, antes mesmo do início da campanha da xenofobia. Muitos deles já explicitavam a busca por legitimação no campo profissional e esclareciam os posicionamentos assumidos por seus autores, ao trazer à tona as mudanças teóricas e metodológicas em curso, bem como as experiências de pesquisa advindas do NDIHR e da sala de aula.

Joana Neves, por exemplo, advertia para os problemas das fontes no âmbito da disciplina de História da Paraíba – o *pomo da discórdia* do conflito com José Octávio.

¹⁰ Durante a campanha xenofóbica, Emília Freire saiu em defesa da professora Joana Neves e, em seguida, foi atacada pelo jornalista Severino Ramos. (Cittadino, 2024, p.80-81).

Nesse texto, ela argumenta que, ao contrário do que iriam acusá-la, a Paraíba possuía História, mas carecia de arquivos organizados e de bibliografia adequada para a montagem da disciplina. A *Revista*, contudo, foi impressa apenas em agosto de 1982, quando o confronto se deslocou para a mudança curricular. No entanto, caso a publicação tivesse ocorrido no calor do debate, é possível que seu impacto entre os “de dentro” não fosse tão distinto, por estar inserida em uma conjuntura marcada por fortes tensões afetivas.

O primeiro artigo é praticamente um manifesto em defesa de uma nova historiografia. Nele, Rosa Godoy Silveira, ao intitular o texto *A luta do historiador*, descreve os inimigos como aqueles que defendem uma “anti-história”. Em sua denúncia, volta-se contra aqueles que separam a ciência histórica da história vivida, que defendem a existência de uma “versão verdadeira da história” e a “neutralidade” do historiador, que privilegiam abordagens dedutivas e um estudo do passado dissociado das questões do presente, além da instrumentalização do conhecimento e de uma interdisciplinaridade generalizante. O posicionamento de Rosa Godoy Silveira enfrentou forte antagonismo no DH, tendo suas propostas sistematicamente negadas sob a justificativa da impossibilidade de promover mudanças no perfil do ensino universitário. Nesse contexto, a menção ao *Inimigo 0.0* pode ser interpretada como uma alusão ao grupo de decanos, definido como “todo aquele que acredita não ter nada a ver com o que se disse acima e que, em seu cotidiano, tal não se aplica”.

A preocupação de Rosa Godoy Silveira era estabelecer novos parâmetros para a produção historiográfica no Nordeste e, para isso, questionava a quem serviam a História e os historiadores. Seu objetivo não se limitava à consolidação de um lugar social de pesquisa sobre o Nordeste no NDIHR, mas incluía a formação crítica de profissionais destinados tanto ao ensino quanto à pesquisa. Nesse sentido, buscava desvincular a História das duas vertentes às quais ela tradicionalmente servia: a oligárquica e a tecnocrática. A vertente oligárquica restringia a história do Nordeste à história política das elites locais; a vertente tecnocrática, por sua vez, correspondia à própria intenção do governo federal ao instalar o NDIHR, ao buscar inserir o Nordeste no capitalismo nacional por meio de uma ação desenvolvimentista. Não por acaso, sua tese de doutorado tomou o regionalismo nordestino como eixo do debate em torno dos discursos parlamentares que forjaram discursivamente a ideia de Nordeste (Silveira, 1980, p. 13-21).

Ao descrever os inimigos da História, Rosa Godoy Silveira delimitava campos distintos a partir do posicionamento teórico e metodológico dos historiadores e os dividia entre aqueles que serviam às oligarquias locais – responsáveis, inclusive, pela indicação de cargos na própria universidade –, os tecnocratas apoiadores da Ditadura Militar e o grupo que defendia uma “ciência histórica” vinculada às lutas sociais contemporâneas. Nessa perspectiva, não havia espaço para a neutralidade ou para “ficar em cima do muro”, pois a “bala de canhão” seria “assestada contra o inimigo 0.0!”. Tal perspectiva não deve ser analisada apenas por seu viés racionalista, pois Rosa Silveira também buscava se consolidar como intelectual engajada na Paraíba, vinculando-se aos movimentos sociais e ocupando espaços de intervenção pública que antes se concentravam no IHGP, como palestras, jornais e debates intelectuais. Apontar os “inimigos” foi uma atitude frontal aos decanos do DH.

Na mesma revista, Rosa Godoy Silveira realizou um breve levantamento das atividades do NDIHR e destacou a importância do instituto no preenchimento da lacuna existente entre ensino e pesquisa no âmbito do curso de História da UFPB. Ao reforçar a carência de apoio oferecido aos professores-historiadores, Silveira afirmava que havia pesquisas antes da instalação do NDIHR, mas que estas “representavam um esforço isolado e sacrificado dos estudiosos”, fato que enfraquecia a formação e a experiência historiográfica acadêmica. Tal posicionamento expressa uma preocupação compartilhada com Joana Neves quanto à historiografia nordestina, a qual resultou em fricções com José Octávio.

Joana Neves (1980, p. 65-91), cuja reflexão se concentra no campo do ensino de História, escreveu o artigo *Como se estuda História*, no qual afirma tratar-se de “um texto feito de encomenda e que se destina ao debate. O que se pretende com ele é **provocar** (esta é exatamente a palavra: provocar) ampla discussão sobre todos os aspectos que envolvem o estudo da História” (grifo da autora). O texto configura-se como um guia dos conhecimentos e instrumentos relacionados ao ensino de História nos diferentes níveis de formação dos estudantes. Em relação ao ensino superior, o foco residia no uso da pesquisa como prática pedagógica e didática, de modo que os estudantes fossem levados a compreender o conhecimento histórico como “um problema a ser resolvido”. Sob esse enfoque, “fazer” e “estudar” História constituíam dimensões intrínsecas do processo formativo.

Tal reflexão – articulada com a ANPUH nacional – instigou a reformulação do currículo de História, constituindo um dos fatores do choque cultural com os decanos,

que defendiam a manutenção do currículo vigente. No final do artigo, a autora apresenta uma réplica aos críticos de seu texto: “Já posso até ouvir os comentários do tipo ‘não é possível’; ‘tudo isso é utopia’; ‘a UFPB não tem condições’; ‘não dá’”. Sua “única citação”, dada como resposta, corresponde à letra da canção *Cais*, de Milton Nascimento, que se inicia com a frase “para quem quer se soltar, invento o cais”. Desse modo, a letra da canção funcionava como um gesto de afirmação intelectual frente às resistências institucionais ao debate e à mudança.

A experiência de Joana Neves (1980b, p. 225-236) na disciplina de História da Paraíba foi discutida no artigo *O Estudo de História da Paraíba: o problema das fontes*. Sua pretensão foi:

(...) dar à disciplina um outro encaminhamento que não o de trabalhar as informações existentes na bibliografia de que dispúnhamos. Resolvemos que seria mais produtivo partirmos para avaliação sistemática das fontes com vistas a organizarmos um material que nos permitisse ao mesmo tempo: a) conhecer, efetivamente, a produção historiográfica paraibana e b) repensar essa produção à luz de debates sobre uma abordagem cientificamente mais adequada e sobre as fontes originais.

Joana Neves realizou um levantamento dos problemas arquivísticos e bibliográficos das fontes para o estudo da história da Paraíba e destacou os efeitos do NDIHR para o curso de História. Sua proposta didática partia da divisão de temas a serem pesquisados pelos estudantes nos arquivos então disponíveis¹¹. O resultado da pesquisa foi apresentado no X Simpósio Nacional da ANPUH¹² realizado em Niterói em 1979.

A experiência obtida na disciplina contribuiu para a construção de um lugar social de legitimação de modos específicos de ensinar História, ao articular ensino, pesquisa e a elaboração do currículo da História da Paraíba no espaço acadêmico, em sintonia com as disputas teórico-metodológicas então em curso no campo historiográfico.

Embora a publicação seja datada de 1980, a impressão ocorreu apenas dois anos depois e produziu impacto significativo nas proposituras curriculares dos anos subsequentes, o que marcou outra fase do enfrentamento entre os “grupos”. O texto não teve impacto imediato como resposta às publicações de José Octávio e Severino Ramos,

¹¹ Tratava-se dos seguintes arquivos: a Biblioteca Central e o setor específico de História da Paraíba, o acervo do IHGP, os acervos e as bibliotecas particulares de Humberto Nóbrega e Maurílio de Almeida e as reedições dos clássicos da História da Paraíba da editora da UFPB.

¹² Na ocasião, duas estudantes apresentaram os resultados com Joana Neves, mesmo que de acordo com o regulamento do evento, só graduados pudessem apresentar.

uma vez que não foi lido nem antes nem imediatamente após o imbróglio. Nesse sentido, evidencia-se que um texto escrito em determinada conjuntura expressa os sentimentos vividos pelas historiadoras, mas é lido, apropriado e ressignificado em contextos posteriores. O texto *Como se Estuda História* se consolidou como um *documento-monumento* historiográfico, ao condensar experiências, sentimentos e projetos de ensino que, produzidos em uma conjuntura específica, passaram a operar como referência em disputas posteriores.

É possível perceber, a partir do posicionamento de alguns artigos, as angústias diante dos debates em torno da teoria e da metodologia da História. Ainda que expressas em linguagem acadêmica, essas inquietações revelam a busca pela legitimação do campo profissional. Elza Régis de Oliveira, diante das transformações epistemológicas da “ciência histórica”, realizou uma breve análise das diferenças entre a historiografia tradicional e a historiografia dos *Annales* no artigo intitulado *A Propósito da Metodologia Tradicional da História*. Ao mobilizar diversas referências, ela analisou a história factual (*événementielle*) a partir da crítica histórica da documentação.

Trata-se, portanto, de um uso específico do conceito de crítica, que não deve ser confundido com aquele mobilizado pelo marxismo, fundamentado em uma interpretação estrutural das relações econômico-sociais. Nesse sentido, a noção de crítica depende diretamente do tratamento das fontes históricas, sobretudo das fontes textuais. A tarefa central na formação do ofício do historiador consistiria, assim, no desenvolvimento de habilidades científicas voltadas ao trabalho com as fontes. Desse modo, a ciência histórica, ao tomar a crítica documental como eixo, foi e permanece fundamental na formação acadêmica.

Hoje, há um equívoco perigoso para a História, cometido sobretudo por pessoas fascinadas pelos novos métodos, que chegam a combater a história factual ou tradicional, como se tivesse perdido sua importância, diante de novos progressos da história, nesses últimos 50 anos (Oliveira, 1980, p. 33).

De acordo com Elza Régis de Oliveira, o objetivo não era combater o fato histórico em si, mas o factualismo enquanto orientação interpretativa. A historiadora esteve entre as primeiras pesquisadoras paraibanas a acessar o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças - todos em Portugal, sendo responsável pela microfilmagem de conjuntos documentais referentes à Paraíba Colonial. Dessa forma, sua atuação reforçou a centralidade da documentação no processo de escrita historiográfica.

Seu posicionamento reforçava uma ponte de diálogo entre os colegas decanos e as docentes ingressantes na década de 1970. Essa interpretação pode sugerir uma postura de mediação; no entanto, a historiadora manteve, em sua atuação profissional, vínculos tanto com José Octávio quanto com Rosa Godoy. Elza Régis mantinha um sentimento de admiração por ambos, não se vinculando diretamente a nenhum dos grupos em disputa. Sua identidade intelectual estava ligada à composição do Departamento de História desde a década de 1960, o que ajuda a compreender seu respeito por José Octávio. Elza tinha consciência das dificuldades enfrentadas pelo curso de História em relação à consolidação da pesquisa histórica e reconhecia a importância de José Octávio na busca pela legitimação do conhecimento histórico para além dos espaços universitários. Sua aproximação com Rosa Godoy Silveira, por outro lado, era atravessada pelas afetividades construídas no NDIHR, sendo perceptíveis, em artigos e escritos¹³ produzidos por ambas, elogios mútuos relacionados à pesquisa histórica. Ao fazer ressalvas ao factualismo, seu texto não se colocava em oposição direta a José Octávio; ao mesmo tempo, o incentivo às pesquisas em arquivos sobre a história local aproximava-a das perspectivas defendidas por Rosa Godoy.

A professora-historiadora Irene Rodrigues da Silva Fernandes publicou, na Revista, o artigo *O Relatório de Retumba – Nova abordagem para a historiografia paraibana*, no qual expressou preocupação com as condições dos arquivos e com a escrita da História da Paraíba. No texto, a autora analisa o relatório *Memória sobre os melhoramentos de que precisa a província da Parahyba (1887)*, de Francisco Soares da Silva Retumba, ao tomá-lo como fonte histórica capaz de suscitar debates sobre a história econômica e administrativa da Paraíba. Essa leitura é orientada por uma reflexão historiográfica que dialoga, em chave interpretativa, com a crítica de Francisco de Oliveira à teoria do dualismo¹⁴.

Assim como Elsa Régis de Oliveira, Irene Fernandes Rodrigues apresentou uma breve reflexão sobre as fontes e sobre o papel que elas desempenham no trabalho dos historiadores. Ao mesmo tempo, realizou o levantamento de problemas que, ao longo da década de 1980, estavam no centro do debate político estadual, como a questão da seca e

¹³ Rosa Godoy Silveira prefaciou em 1985 o livro *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia* de Elza Régis de Oliveira.

¹⁴ A teoria do dualismo interpretava a modernidade e o desenvolvimento regional a partir do avanço do capitalismo. Assim, o grau de acumulação de capital definiria a região como tradicional ou moderna (QUERIDO, 2024, p. 60).

o escoamento de mercadorias. Ou seja, não se tratava de uma escrita da História de caráter meramente descritivo, mas de uma história-problema, voltada à reflexão e à comparação dos problemas econômicos da Paraíba em diferentes temporalidades.

A historiadora graduou-se no DH-UFPB e, como “prata da casa”, passou a integrar o quadro docente. Embora fosse formada internamente, atuou no NDIHR vinculada ao que Joana Neves denominava “o nosso grupo”. Juntamente com Laura Helena Baraculhy Amorim¹⁵, participou do processo de reformulação da ANPUH-PB e engajou-se na defesa da mudança curricular. Nesse sentido, ambas constituíram um elo entre a pesquisa sobre a História da Paraíba e as perspectivas historiográficas trazidas pelas historiadoras uspianas. Assim, sobre a análise do relatório de Retumba, entendemos que não se trata apenas de escolhas teóricas, mas também disposições afetivas vinculadas ao engajamento institucional e à expectativa de renovação historiográfica compartilhada com o “nosso grupo”.

Tanto Helena Amorim quanto Irene Fernandes foram estudantes do curso de História da UFPB e, ao ingressarem como professoras, buscaram mediar os conflitos existentes no Departamento. Para ambas, era necessário compreender a formação historiográfica predominante na universidade antes da chegada das uspianas, evitando confrontos diretos com os decanos, figuras que consideravam merecedoras de respeito. Entretanto, também apoiavam as mudanças paradigmáticas na historiografia incentivadas pelas professoras “de fora”.

Outro artigo que buscou estabelecer um diálogo entre diferentes interpretações da História foi O Debate entre Modernizadores e Dependentistas, transferido para as concepções Weberianas e Materialistas, no qual o professor Ruston Lemos de Barros (1980b, p. 35-48) deslocou a discussão historiográfica para as concepções weberianas e materialistas. Ao seguir uma linha ensaística de interpretação sociológica, o autor apresentou os conceitos de modernidade e dependência, bem como as contribuições de Marx e Weber para a compreensão do real. Seu posicionamento se coloca contra a “ferrenha” oposição entre marxistas e weberianos.

Diante disso, para Barros, a noção de modernização em Weber careceria de maior atenção às determinações econômicas, enquanto em Marx haveria menor ênfase nos aspectos culturais e religiosos. A discussão de Ruston Barros permeia o campo

¹⁵ Na mesma Revista, a historiadora escreveu um artigo em dupla com Irene Rodrigues - Os melhoramentos urbanos e o processo de modernização na Paraíba: Século XIX - e outro solo intitulado Sobre a questão “estudos sociais”.

teórico e interdisciplinar da Sociologia e da História, no contexto em que o marxismo ocupava posição de resistência à Ditadura Militar na cultura acadêmica. É importante lembrar que o grupo “de fora” tomava a cultura histórica materialista como referência. Barros, de acordo com seu artigo, optou por não realizar críticas diretas aos segmentos presentes nos corredores do CCHLA, mas por repensar o intercâmbio entre teorias sociológicas para a interpretação histórica sem refutações dogmáticas.

Por sua vez, o título do artigo de José Octávio (1980, p. 209-218), *João Santa Cruz: do radicalismo ao marxismo na Revolução de Trinta*, sugere que o marxismo é abordado a partir da ênfase na participação política do jornalista Santa Cruz. Trata-se de um texto crítico às interpretações historiográficas que reduziram a Revolução de 1930 a uma disputa entre oligarquias, argumento que é tensionado pela análise da atuação de Santa Cruz.

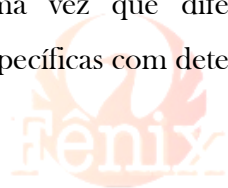
Interessante observar como o historiador do IHGP e do DH rebatia descrições que ele, a partir de uma postura intelectual em relação a outros intérpretes, considerava equivocadas. Em sua análise, a questão da participação das oligarquias se limitava às rupturas pré-revolucionárias, como afirma José Octávio: “o que ocorre, porém, é que a dinâmica político-social da Revolução de 30 não se esgota nesses termos, salvo para aqueles que, ‘tomando a nuvem por Juno’, isto é, as aparências pela realidade, enveredam por um raciocínio **vesgo** e **capenga**” (grifo do autor).

Mesmo tendo origem na oligarquia de Monteiro, João Santa Cruz, em razão de sua vivência no meio urbano, elaborou discursos de cunho liberal – marca de seu radicalismo. Para “com-provar” essa posição, José Octávio recorreu a diversos trechos de matérias nas quais o jornalista denunciava a atuação das oligarquias durante a Revolução de 1930. O lugar social que José Octávio buscou legitimar foi o da “verdade” histórica, em oposição a interpretações consideradas “vesgas” e “capengas”. O texto, contudo, não ultrapassou o “radicalismo” atribuído a Santa Cruz e, mesmo quando mobilizou a noção de “marxismo”, não o fez no sentido de uma crítica social mais ampla, seja da atuação do jornalista, seja de sua ação como sujeito histórico.

Ademais, é possível identificar que o alvo do texto não era necessariamente os docentes do DH, mas a “crítica” dirigida aos pares que “erram” em suas interpretações dos acontecimentos históricos. O autor também não adentra as questões teórico-metodológicas, por não haver, em sua perspectiva, tal necessidade, uma vez que a verdade histórica é tomada como algo dado.

O sentimento expresso no artigo é marcado por um tom de indignação e de desconfiança em relação às leituras historiográficas divergentes de sua autoridade, acompanhado de uma postura defensiva diante do que o autor entende como desvios interpretativos. O texto revela um incômodo com a relativização da “verdade” histórica e a necessidade de reafirmar critérios considerados legítimos para a interpretação dos acontecimentos. Utilizar palavras depreciativas para rebater divergências fazia parte de sua escrita, simultaneamente defensiva e ofensiva. Foi assim no artigo publicado no *Correio das Artes*, em uma menção indireta a Joana Neves, e também no texto sobre João Santa Cruz.

Em geral, é possível perceber, nos artigos, diferentes formas de representar a História da Paraíba e a teoria da História. Os textos apresentavam discursos diversificados sobre a formação da ciência histórica, como afirmou Emília Freire na apresentação da obra, mas também estavam atravessados por sensibilidades relacionadas às formas pelas quais o Estado da Paraíba deveria ser representado. Nesse contexto, ocorreram confrontos entre culturas históricas que extrapolavam o plano estritamente acadêmico, uma vez que diferentes trajetórias intelectuais tendiam a produzir aproximações específicas com determinadas teorias e metodologias da História.



www.revistafenix.pro.br

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em história da historiografia descortina disputas teóricas e metodológicas no interior do campo disciplinar e profissional. Não é difícil identificar, nesses debates, enfrentamentos que resultam em acusações éticas e morais, deslocando a controvérsia para o plano pessoal dos agentes envolvidos. Nessa perspectiva, a *Revista de Ciências Humanas* nº 4 do CCHLA materializou divergência local de debate nacional. Não por acaso, a própria Historiografia como área de conhecimento, tal como a temos hoje, ganhou maturidade nesse período.

Um ano após a publicação da revista, em 1981, o DH-UFPB sediou o XI Simpósio Nacional de História da ANPUH, evento de grande relevância para o debate sobre as reformulações pelas quais os cursos de História e o ensino de História passaram naquele período. Apesar das disputas políticas que se estenderam até 1993, a proposta de renovação da ciência histórica defendida pelas historiadoras “de fora” acabou por se afirmar. Isso se expressa, por exemplo, na constituição das linhas de pesquisa “História e Regionalidades” e “Ensino de História e Saberes Históricos” no Programa de

Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB). Além disso, o ensino de História não se orienta mais pela formação de uma mão de obra voltada apenas à transmissão informativa no ensino básico. Ao contrário, passou a formar estudantes capazes de lidar com os problemas do presente, avaliar criticamente os documentos e produzir textos acadêmicos fundamentados na teoria e na metodologia da ciência histórica, tal como propunha o artigo de Joana Neves.

Sob a perspectiva da História Cultural, os textos analisados revelam que, entre suas propostas de reflexão, pulsava um espírito engajado, ancorado em uma cultura histórica atravessada pela esperança em tempos de ditadura. Dirigida aos pares, a publicação afastava-se, em vários pontos, das lógicas que hoje organizam a cultura acadêmica, especialmente da centralidade atribuída à produtividade e aos dispositivos avaliativos para concursos e progressões. Assim, os artigos publicados pela revista tinham um caráter mais liberto, no qual a sensibilidade da escrita se afirmava como forma de engajamento intelectual, de modo que expectativas, tensões e esperanças atravessavam a produção historiográfica sem se submeterem aos imperativos da produtividade acadêmica que hoje impera.

O volume em estudo foi encontrado no Laboratório de História do DH e ainda não se encontra digitalizado. Essa condição suscita a reflexão sobre quantas publicações de historiadores e historiadoras, marcadas por períodos de tensão, ainda aguardam, em arquivos empoeirados, um gesto atento, na esperança de que alguém reflita sobre *o outro* e sobre os *não ditos* escondidos entre suas entrelinhas.

Lidar com esses impressos nos leva a refletir sobre nossa atuação como professores e historiadores; sobre as angústias de nossas escritas, sobre aquilo que nos move e sobre a quem servimos no processo de ensino e pesquisa, bem como sobre as divergências e o respeito que devem orientar a relação entre pares. Historiadores e historiadoras são pessoas carregadas de expectativas e sensibilidades, inseridas em um cotidiano marcado por um tempo cada vez mais acelerado e frequentemente questionadas em sua cientificidade em tempos de negacionismos. Os confrontos persistem, tanto dentro quanto fora da universidade e, diante desses desafios, compartilhamos como gesto de luta dos historiadores a citação da música *Caís*, evocada por Joana Neves: *tenho o caminho do que sempre quis / e um saveiro pronto pra partir / invento o cais / e sei a vez de me lançar*.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR. Durval Muniz. **Xenofobia**: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2026.
- ARAÚJO, Robson Arruda de. **A historiografia acadêmica na Paraíba**: o NDIHR e a história regional (1976-1990). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- BARROS, Ruston Lemos de (org.). **Revista de Ciências Humanas**: número especial de História. Ano 2. nº4, out-dez, 1980 a.
- _____. O Debate entre Modernizadores e Dependentes, transferido para as concepções Weberianas e Materialistas. In: **Revista de Ciências Humanas**: número especial de História. Ano 2. nº4, p. 35-49, out-dez. de 1980b.
- CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. 3º ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.
- CHARTIER, Roger. A “nova” história cultural existe? p. 29-43. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jathay. **História e Linguagem**: texto, imagem, oralidade e representações. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- _____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 2002.
- _____. Textos, impressão, leituras. p. 211-238. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CITTADINO, Monique. De provincianismo e opressão: a “campanha da xenofobia” no CCHLA. p. 71-93. In: CITTADINO, Monique; NUNES, Paulo Giovani; PESSOA, Ângelo Emílio; FREIRE, Rodrigo; VIELA, Mateus Dias (orgs). **CCHLA**: há 50 anos construindo histórias. João Pessoa: Editora do CCTA, 2024.
- FERNANDES. Irene Rodrigues da Silva. Memória sobre os melhoramentos de que precisa a província da Parahyba (1887). In: **Revista de Ciências Humanas**: número especial de História. Ano 2. nº4, p. 51-63, out-dez. de 1980.
- LYRA, Rubens Pinto. Reacionarismo e Xenofobia na Paraíba - O caso da UFPb. **Revista Escrita Ensaio**. Ano IV, nº 8, p. 51-68, 1980.
- MAZUREL, Hervé. A Investigação do Sensível. p.7-29. In: CORBIN, Alain; MAZUREL, Hervé. **História das Sensibilidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2024.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira

e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NEVES, Joana. Como se estuda história. p. 65-91. In: BARROS, Ruston Lemos de (org.). **Revista de Ciências Humanas**: número especial de História. Ano 2. nº4, out-dez. de 1980a.

NEVES, Joana. Como se estuda história. p. 65-91. In: BARROS, Ruston Lemos de (org.). **Revista de Ciências Humanas**: número especial de História. Ano 2. nº4, out-dez. de 1980a.

_____. O estudo de História da Paraíba: o problema das fontes. In: BARROS, Ruston Lemos de (org.). **Revista de Ciências Humanas**: número especial de História. Ano 2. nº4, p. 225-241, out-dez. de 1980b.

OCTÁVIO, José. João Santa Cruz: do radicalismo ao marxismo na Revolução de Trinta. In: BARROS, Ruston Lemos de (org.) **Revista de Ciências Humanas**: número especial de História. Ano 2. nº4, p. 209-219, out-dez. de 1980.

OLIVEIRA, Elza Régis de. A propósito da metodologia tradicional da História. In: BARROS, Ruston Lemos de (org.). **Revista de Ciências Humanas**: número especial de História. Ano 2. nº4, p.23-34, out-dez. de 1980.

PROST, Antonie. Social e Cultural Indissociavelmente. p.123-137. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

QUERIDO, Fábio Mascaro. **Lugar periférico, ideias modernas**: aos intelectuais paulistas as batatas. São Paulo: Boitempo, 2024.

SILVEIRA, Rosa Godoy. A luta do historiador. In: BARROS, Ruston Lemos de (org.). **Revista de Ciências Humanas**: número especial de História. Ano 2. nº4, p.13-21, out-dez. de 1980.

VIRGULINO, Maria Helena Cavalcanti. **O itinerário de duas uspianas na UFPB** – Joana Neves e Rosa Maria Godoy Silveira: trajetórias que se cruzam a partir da História ensinada. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

Recebido em: 10/04/2026
Parecer dado em: 11/06/2026